

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. (Banco) relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

1. Ambiente Econômico e Setor Bancário

O segundo semestre começou com expectativas elevadas, com grande parte dos agentes de mercado apostando que a nova política econômica tiraria o país da recessão antes do final do ano. Contudo, os indicadores mais recentes da economia evidenciaram as dificuldades das empresas, que continuam com baixa demanda por seus produtos, e das pessoas físicas, ainda muito endividadas e preocupadas com o crescente desemprego. O otimismo inicial, então, teve que ser ajustado, com as projeções de crescimento para o PIB de 2017 recuando para 0,5%.

Por outro lado, a persistência do cenário econômico recessivo favoreceu o avanço de algumas reformas estruturais relevantes para o futuro do país, permitindo um desempenho melhor para os ativos brasileiros quando comparados a outros países emergentes. O Real ficou praticamente estável no segundo semestre - terminou o ano em R\$ 3,26 por Dólar, a despeito da possibilidade de aumento mais acelerado dos juros nos Estados Unidos. Os ganhos nos preços de *commodities*, com a perspectiva de melhora do ritmo de crescimento econômico global, também ajudaram a criar um ambiente mais favorável para os ativos locais. Vale destacar que o Ibovespa ganhou 18,1% no segundo semestre.

Nesse contexto, o ambiente para a atividade bancária no país continuou desafiador. A inadimplência de empresas atingiu 3,5% em Dezembro/16, ante 2,6% no final de Dezembro/15, ao passo que no segmento pessoas físicas reduziu de 4,2% para 4,0% na mesma comparação. Apesar do crescimento observado do estoque de crédito no sistema financeiro nos últimos dois meses do ano, houve retração nominal de 3,5% nos últimos 12 meses. No segmento de financiamentos de veículos, em que o Banco Votorantim é um dos líderes de mercado, o crédito também recuou no ano (-11,1%), mas apresentou sinais de retomada em Dezembro/16.

A recuperação da atividade econômica tende a ser beneficiada pela política monetária. A redução mais expressiva da inflação, que terminou o ano dentro da meta oficial e com as expectativas ancoradas, somada ao avanço na aprovação de medidas de ajuste fiscal, abriram espaço para cortes na taxa de juros. Após encerrar o ano em 13,75%, a Selic foi reduzida para 13,00% em Janeiro/17, e o Bacen sinalizou novos cortes.

Se esses cortes adicionais na Selic ocorrerem e as incertezas dos consumidores diminuírem, a expectativa no médio e longo prazo é que o crédito volte a acelerar e o país volte a crescer. No curto prazo, contudo, devem ser criadas as condições para viabilizar as reformas necessárias para recuperar a dinâmica econômica no Brasil.

2. Principais Informações - Posição Consolidada

	2015	2016	Variação
RESULTADOS (R\$ MILHÕES)			
Margem financeira bruta (a)	5.135	5.220	1,7%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PDD (b)	(3.061)	(2.467)	-19,4%
Resultado bruto da intermediação financeira (a - b)	2.074	2.753	32,8%
Receita de prestação de serviços ¹	961	1.123	16,8%
Despesas administrativas e de pessoal	(2.332)	(2.378)	2,0%
Resultado operacional	(244)	814	—
Imposto de Renda e Contribuição Social	936	(257)	—
Lucro líquido (Prejuízo)	482	426	-11,6%
INDICADORES GERENCIAIS (%)			
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ² (ROAE)	6,3	5,2	-1,1 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ³ (ROAA)	0,5	0,4	-0,1 p.p.
Índice de Basileia	15,2	15,1	-0,1 p.p.
Capital Nível 1	9,5	11,2	1,7 p.p.
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MILHÕES)			
Total de ativos	110.221	102.998	-6,6%
Carteira de crédito classificada	50.984	47.620	-6,6%
Segmento Atacado	17.377	14.161	-18,5%
Segmento Varejo	33.606	33.459	-0,4%
Garantias prestadas	9.468	7.824	-17,4%
Recursos captados	77.953	67.349	-13,6%
Patrimônio Líquido	7.617	8.426	10,6%
Patrimônio de Referência	10.742	9.219	-14,2%
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA CLASSIFICADA (%)			
Operações Vencidas há +90 dias/Carteira de Crédito Classificada	5,7	5,5	-0,2 p.p.
Saldo de Provisão/Operações Vencidas há +90 dias - Índice Cobertura	142,3	139,2	-3,1 p.p.
Saldo de Provisão/Carteira de Crédito Classificada	8,1	7,7	-0,4 p.p.
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Recursos geridos ⁴ (R\$ Milhões)	47.418	53.753	13,4%

- Inclui rendas de Tarifas Bancárias.
- Quociente entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio do período.
- Quociente entre o lucro líquido do período e os ativos totais médios do período.
- Inclui fundos *onshore* (critério ANBIMA) e recursos de clientes private (renda fixa, renda variável e fundos *offshore*).

3. Desempenho dos Negócios

As operações do Banco são conduzidas por meio de um conjunto de empresas controladas que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Entre essas empresas controladas estão a BV Financeira, BV Leasing, Votorantim Asset Management (VAM) e Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Tendo como acionistas o Grupo Votorantim e o Banco do Brasil, o Banco Votorantim é um dos maiores bancos privados brasileiros em ativos totais e também em carteira de crédito, e possui um portfólio diversificado de negócios de banco de atacado, financiamento ao consumo e gestão de patrimônio.

O ano de 2016 foi marcado por um cenário macroeconômico bastante desafiador, mas a despeito desse contexto, o Banco manteve o foco na implantação do seu plano estratégico baseado na rentabilização dos negócios, no aumento da eficiência operacional e na diversificação das receitas. Os principais destaques do exercício foram:

- Lucro líquido de R\$ 426 milhões:** equivalente a retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 5,2%.
- Geração consistente de receitas:** O resultado bruto da intermediação financeira somou R\$ 2.753 milhões em 2016, crescimento de 32,8% em relação a 2015. Vale destacar que o total de receitas com serviços e tarifas cresceu 16,8% em 2016/2015.

- Manutenção do conservadorismo no crédito:** O saldo da carteira de crédito ampliada encerrou Dezembro/16 em R\$ 60,8 bilhões, recuando 7,3% nos últimos 12 meses principalmente em decorrência da manutenção do foco na rentabilidade e qualidade dos ativos. Contudo, vale mencionar que a carteira ampliada expandiu 2,5% no segundo semestre.
- Inadimplência sob controle:** Mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador, a inadimplência acima de 90 dias da carteira classificada encerrou Dezembro/16 em 5,5%, 0,2 p.p. inferior a Dezembro/15. A inadimplência da carteira de Varejo também reduziu 0,2 p.p. ante Dezembro/15, para 5,1%, refletindo a melhora na qualidade da carteira de Veículos, cuja inadimplência reduziu 0,2 p.p. nos últimos 12 meses, enquanto a inadimplência média do mercado deste segmento cresceu 0,4 p.p. no mesmo período.
- Gestão efetiva dos custos:** As despesas administrativas e de pessoal aumentaram 2,0% no comparativo 2016/2015, ante IPCA de 6,3% no último ano. Em razão do rígido controle de custos, o Índice de Eficiência dos últimos 12 meses melhorou para 38,8%.

Esses resultados refletem os avanços obtidos em todos os negócios do Banco.

Em 2016 o segmento Corporate manteve o foco na rentabilização do capital. Por meio de relacionamentos com visão de longo prazo, atendimento ágil e gestão eficiente de capital (relação de risco/retorno), o Corporate ofereceu soluções financeiras integradas e adequadas às necessidades dos seus clientes. Em linha com essa estratégia, a carteira de crédito ampliada (incluindo avais, fianças e TVM privado) do segmento encerrou Dezembro/16 com saldo de R\$ 27,4 bilhões, ante R\$ 31,9 bilhões em Dezembro/15.

A Votorantim Corretora manteve seus esforços direcionados aos serviços de execução das mesas BVMF&Bovespa, pesquisa macroeconômica e política, assim como o foco em *Corporate Access*. Em Dezembro/16, o Banco encerrou as atividades de *Equity Research*, mantendo inalterada a qualidade dos serviços e da equipe que se relaciona com empresas e investidores.

A Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), por sua vez, manteve o foco em ser um dos melhores estruturadores e gestores de produtos de alto valor agregado. A VWM&S ocupava a 9ª posição no *ranking* de gestores da Anbima, encerrando Dezembro/16 com R\$ 53,8 bilhões em recursos geridos, crescimento de 13,4% em relação a Dezembro/15.

No Varejo (financiamento ao consumo), o Banco manteve o foco em assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras, encerrando Dezembro/16 com carteira classificada de R\$ 33,5 bilhões (R\$ 33,9 bilhões em Dezembro/15).

A despeito do cenário macroeconômico desafiador, o Banco tem originado financiamentos de veículos com escala e qualidade, resultado do contínuo aprimoramento das políticas, processos e modelos de crédito. O volume de originação de financiamentos de veículos somou R\$ 13,3 bilhões em 2016, sendo 82% referente a veículos leves usados, segmento no qual o Banco possui histórico de liderança e reconhecida competência. Além disso, o Banco aprimorou as políticas, processos e modelos de concessão de crédito do Varejo, praticando prazos e solicitando valores de entrada mais conservadores.

No negócio de empréstimos consignados, o Banco continuou a privilegiar o refinanciamento de consignados para aposentados e pensionistas, que apresentam melhor perfil de risco, além de atuar seletivamente em convênios privados e públicos. A carteira de consignado encerrou Dezembro/16 em R\$ 3,6 bilhões, ante R\$ 4,7 bilhões em Dezembro/15. Vale mencionar que a Promotiva S.A. - subsidiária do Banco criada para atuar como promotora de vendas de ativos de crédito diretamente para o acionista Banco do Brasil - iniciou em 2016 sua operação em larga escala e gerou cerca de R\$ 400 milhões mensais em crédito consignado.

Alinhado à estratégia de crescer as receitas de forma diversificada, a carteira de cartões de crédito cresceu 26,4% em relação a Dezembro/15, e encerrou Dezembro/16 em R\$ 1,6 bilhão, com mais de 3,6 milhões de cartões emitidos.

O Banco também ampliou a comercialização de seguros, com Prestamista e Auto, cujas receitas com corretagem somaram R\$ 256 milhões em 2016, crescimento de 19,6% ante 2015. Esta comercialização é feita por meio da controlada Votorantim Corretora de Seguros e o resultado dessa operação, assim como o da Promotiva, é reconhecido via equivalência patrimonial.

Em 2016 o Banco manteve postura conservadora com relação à concessão de crédito, resultando em uma menor demanda por *funding*. Nesse contexto, o Banco melhorou o perfil dos recursos captados junto ao mercado, ampliando a participação de instrumentos mais estáveis de captação, como Letras (LF, LCI e LCA) e operações de cessão de créditos com coobrigação, que representavam metade (R\$ 34,3 bilhões) do total de recursos captados em Dezembro/16.

Em termos de liquidez, o Banco encerrou Dezembro/16 com o caixa livre em patamar mais que suficiente para cobrir integralmente nossas captações com liquidação diária. E o LCR Gerencial - razão entre o saldo de ativos de alta liquidez e o total de saídas de caixa previstas em 30 dias - encerrou Dezembro/16 em 251%, acima do mínimo regulatório (70%).

Com relação ao capital, o Índice de Basileia encerrou Dezembro/16 em 15,1% - acima do mínimo regulatório de 10,5% - e o Capital Nível I em 11,2%, superior a Dezembro/15 em 2,7 p.p. e composto integralmente de Capital Principal.

Para informações adicionais sobre o desempenho econômico-financeiro consolidado do Banco, acesse o "Relatório Gerencial de Resultados 4T16" no site de Relações com Investidores (www.bancovotorantim.com.br/rfi).

Resaltamos que o Banco Votorantim, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 7,1 bilhões, representando 24,7% do total de títulos e valores mobiliários".

4. Agências de Rating

O Banco Votorantim é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em Fevereiro/16 a agência de classificação Moody's rebaixou os *ratings* de emissor e de títulos da dívida do Brasil para "Ba2" com perspectiva negativa, impactando os *ratings* de depósito de longo prazo em moeda local do Banco de "Ba1" para "Ba2", e de longo prazo moeda estrangeira de "Ba1" para "Ba3". Em Maio/16, a agência revisou sua metodologia de escala nacional, e com isso o rating do Banco foi alterado de "Aa2.br" para "Aa3.br".

Em Fevereiro/16 a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) rebaixou o *rating* soberano do Brasil de "BB+" para "BB". Esta revisão teve reflexos nos *ratings* de diversas instituições financeiras, inclusive do Banco Votorantim: o rating de longo prazo de escala global foi revisado para "BB", enquanto o *rating* de longo prazo de escala nacional foi revisado de "brAA+" para "brA+".

Agências de Rating		Escala Global		Escala Nacional		Brasil
		Moeda Local	Moeda Estrangeira	Moeda Local	Rating Soberano	
Moody's	Longo Prazo	Ba2	Ba3	Aa3.br	Ba2	
	Curto Prazo	NP	NP	BR-1		
Standard & Poor's	Longo Prazo	BB		brA+	BB	
	Curto Prazo	B		brA-1		

5. Governança Corporativa

O atual modelo de governança corporativa está em contínuo aperfeiçoamento para alcançar mais robustez e transparência, assegurando agilidade nos processos decisórios - forte característica do Banco.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado		Nota	Banco		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015		
ATIVO CIRCULANTE		40.339.785	48.432.299	55.614.057	61.610.225		69.810.393	75.809.492	64.680.704	70.841.194
Disponibilidades	4	56.400	118.916	183.559	179.915		7.904.792	3.059.208	2.782.122	2.627.146
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	23.607.320	27.215.721	17.066.698	16.892.435	15a	7.904.792	3.059.208	2.782.122	2.627.146
Aplicações no mercado aberto		14.702.886	14.851.895	14.702.886	14.851.895		8.904.434			
Aplicações em depósitos interfinanceiros		8.904.434	12.363.826	2.363.812	2.040.540					
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		9.308.228	12.097.346	12.518.174	15.691.286					
Carteira própria	6a	1.024.105	4.318.172	9.628.904	10.078.538		5.829.814	1.199.208	708.841	778.942
Vinculados a compromissos de recompra	6a	6.259.197	4.727.044	472.730	3.486.611	15c	44.425.550	37.389.486	34.637.971	32.050.247
Vinculados à prestação de garantias	6a	966.395	1.117.832	1.089.548	1.157.610		30.516.941	27.375.338	22.656.894	26.291.499
Instrumentos financeiros derivativos	6d	1.185.022	1.264.924	1.453.483	1.299.153		11.702.126	8.969.036	9.774.594	4.713.636
(Provisão para desvalorização de títulos)	6a	(126.491)	(330.626)	(126.491)	(330.626)		2.206.483	1.045.112	2.206.483	1.045.112
Relações Interfinanceiras		340.641	72.157	340.641	72.157	17	10.244.503	15.482.515	10.244.503	15.483.086
Créditos vinculados	7a	340.569	20.232	340.569	20.232		8.981.104	7.659.358	8.981.104	7.659.358
Depósitos no Banco Central		340.569	20.232	340.569	20.232					
Repasses interfinanceiros		—	51.668	—	51.668		—	—	—	—
Correspondentes		72	257	72	257		1.263.399	7.823.157	1.263.399	7.823.157
Operações de Crédito	8a	3.553.628	4.921.015	19.302.622	21.187.840		99.685	83.208	99.685	83.208
Setor público		40.387	117.549	40.387	117.549		99.685	83.208	99.685	83.208
Setor privado		4.178.032	5.340.821	14.702.741	15.611.411	16a	1.671.462	4.090.964	1.671.462	4.090.964
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		—	—	6.723.321	7.345.265		6.671.462	4.090.964	6.671.462	4.090.964
Operações de Arrendamento Mercantil	8a	—	—	70.111	97.925	16b	697.018	877.357	701.857	878.211
Setor privado		—	—	73.584	120.767		697.018	877.357	701.857	878.211
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		—	—	(3.473)	(22.842)		—	—	—	—
Outros Créditos		3.303.024	4.829.922	5.861.620	7.237.536					
Carteira de câmbio	9a	516.244	2.192.550	516.244	2.192.550		1.721.867	11.782.243	1.721.867	1.805.525
Rendas a receber		14.876	64.864	27.426	18.372		3.045.516	3.044.511	12.821.237	13.822.807
Negociação e intermediação de valores		120.959	584.917	255.987	722.307	6d	1.045.516	1.045.516	1.045.516	1.045.516
Diversos	10	2.751.854	2.278.134	5.181.241	4.601.484		3.356	3.720	19.209	17.975
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8a	(100.909)	(290.543)	(119.278)	(297.177)	10a	218.165	1.533.310	218.165	1.533.310
Outros Valores e Bens	11	170.544	177.222	270.622	251.131	18a	161.174	216.179	240.213	297.798
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		180.361	185.001	283.023	263.344		209.630	145.136	395.112	595.021
(Provisão para desvalorizações)		(23.825)	(22.473)	(46.812)	(45.457)	18a	209.630	199.607	362.157	324.096
Despesas antecipadas		14.008	14.694	34.411	33.244	18b	1.851.720	576.404	1.851.720	576.404
ATIVO NÃO CIRCULANTE		61.850.773	59.573.739	47.383.945	48.611.090	18d	392.285	370.155	9.734.661	10.478.203
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		58.238.664	56.201.093	46.724.031	48.089.398		23.954.275	24.579.882	29.891.408	31.763.457
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5a	13.108.196	11.063.305	49.583	294.207		23.916.725	24.531.395	29.853.858	31.715.210
Aplicações em depósitos interfinanceiros		13.108.196	11.063.305	49.583	294.207	15a	7.826.679	1.585.496	1.795.518	1.578.732
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		35.647.755	33							

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016						
<i>(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)</i>						
Nota	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA						
Operações de crédito	8b	856.793	1.211.773	2.703.332	3.659.569	6.661.252
Operações de arrendamento mercantil	8h	-	-	-	77.434	191.088
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	5.092.461	9.523.879	10.198.721	2.753.302	4.766.663
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6d9	235.099	(61.813)	(682.249)	115.892	372.356
Resultado das aplicações compulsórias	7b	26.408	42.792	-	26.408	42.792
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8k	-	16.885	19.054	1.378.552	3.241.577
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.128.425)	(9.972.194)	(12.993.189)	(7.048.712)	(12.522.385)
Operações de captação no mercado	15d	(5.387.382)	(9.701.955)	(10.755.746)	(4.207.443)	(7.798.507)
Operações de empréstimos e repasses	16c	(165.151)	375.083	(1.440.054)	(165.433)	374.214
Operações de arrendamento mercantil	8h	-	-	-	(63.859)	(158.436)
Resultado de operações de câmbio	10b	54.919	(264.398)	507.859	54.919	(264.398)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	8k	-	-	-	(7.154)	(891.123)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8f	(630.811)	(380.924)	(1.298.094)	(1.775.773)	(2.467.002)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		82.336	761.322	(754.331)	962.445	2.753.343
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(9.135)	(113.652)	556.429	(831.453)	(1.939.543)
Receitas de prestação de serviços	19a	129.672	237.570	200.336	260.496	496.696
Rendas de tarifas bancárias	19b	410	771	929	341.472	626.066
Despesas de pessoal	19c	(205.052)	(397.900)	(391.049)	(633.595)	(1.209.701)
Outras despesas administrativas	19d	(119.864)	(236.179)	(244.951)	(587.529)	(1.148.056)
Despesas tributárias	22c	(38.559)	(106.697)	(89.855)	(181.686)	(385.973)
Resultado de participações em controladas	12a	206.982	338.425	851.138	104.640	194.483
Outras receitas operacionais	19e	41.168	108.521	303.978	293.686	417.247
Outras despesas operacionais	19f	(23.892)	(58.163)	(74.097)	(428.937)	(910.284)
RESULTADO OPERACIONAL		73.201	647.670	(197.902)	130.992	(244.326)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20	(10.597)	(28.498)	(18.162)	942	(28.757)
Receitas não operacionais		(2.039)	4.614	632	(11.734)	31.938
Despesas não operacionais		(8.558)	(33.112)	(18.794)	7.173	(30.996)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		62.604	619.172	(216.064)	126.431	814.742
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22a	191.283	(138.513)	775.140	153.712	(257.185)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(22.482)	(54.845)	(77.356)	(48.738)	(131.743)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO		231.405	425.814	481.720	231.405	425.814
LUCRO POR AÇÃO						
Lucro por ações - R\$		2,20	4,04	4,57		
Quantidade de ações (lote de mil)		105.391.473	105.391.473	105.391.473		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Nota	Capital realizado	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reservas de capital	Reserva legal	Outras reservas			
EVENTOS							
Saldos em 31.12.2014							
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	21e	-	-	-	(304.521)	-	(304.521)
Aumento de capital	21a	357.993	-	(357.993)	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	481.720	481.720
Destinações:							
Reserva legal		-	24.085	-	-	(24.085)	-
Dividendos	21d	-	-	-	-	(114.409)	(114.409)
Reserva especificas de lucros		-	-	343.226	-	(343.226)	-
Saldos em 31.12.2015		7.483.754	372.120	49.208	343.226	(631.644)	- 7.616.660
Mutações do Período		357.993	- 24.085	(14.767)	(304.521)	-	62.790
Saldos em 30.06.2016		7.826.980	372.120	58.928	- (160.300)	184.689	8.282.417
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	21e	-	-	-	-	13.199	- 13.199
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	231.405
Destinações:							
Reserva legal		-	11.571	-	-	(11.571)	-
Dividendos	21d	-	-	-	-	(101.131)	(101.131)
Reserva especificas de lucros		-	-	303.392	-	(303.392)	-
Saldos em 31.12.2016		7.826.980	372.120	70.499	303.392	(147.101)	- 8.425.890
Mutações do Período		343.226	- 21.291	(39.834)	484.543	-	809.226

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações						
Lucro antes dos Tributos e Participações						
		62.604	619.172	(216.064)	126.431	814.742
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		1.685.495	206.428	(2.432.132)	95.440	769.855
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	8f	630.811	380.924	(380.924)	1.775.773	2.467.002
Depreciações e amortizações	19d	14.786	41.568	(41.568)	21.009	64.049
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		95.970	662.409	190.291	97.526	665.737
Resultado de participação em controladas	12a	(206.982)	(338.425)	(851.138)	(104.640)	(194.483)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		22.813	25.928	6.969	27.788	20.258
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	19c	(14.435)	2.552	(10.602)	(14.849)	2.804
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		6.289	15.279	30.517	(57.177)	(13.636)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(11.629)	152.330	(200.970)	(12.773)	167.270
Receita de juros e variação cambial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		1.403.791	(139.049)	(2.410.394)	(1.183.016)	(5.545.476)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(258.085)	(581.878)	(338.265)	(266.582)	(1.711.179)
Outras receitas e despesas operacionais		563	(16.889)	(188.903)	(194.078)	(214.420)
Outras receitas e despesas não operacionais		1.610	1.610	2.474	2.474	2.474
Outros ajustes		(7)	69	56	(14)	115
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		1.748.099	825.600	(2.648.196)	221.871	1.556.832
Variações Patrimoniais		(3.172.871)	(7.134.476)	(4.591.758)	(3.104.749)	(12.517.618)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.312.497	(3.905.480)	(3.012.936)	1.453.836	(6.705.542)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(3.812.878)	(11.277.574)	(15.478.459)	(1.376.420)	(1.511.169)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências		101.647	68.330	19.458	101.647	68.330
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		244.622	(320.337)	34.973	244.622	(320.337)
(Aumento) Redução em operações de crédito		47.750	2.217.492	(528.494)	(1.033.246)	617.628
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil		-	-	-	2.989	43.049
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		926.715	1.812.439	(1.859.862)	1.074.536	2.067.774
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(8.713)	(20.907)	(98.286)	44.489	114.068
Imposto de renda e contribuição social pagos		(35.091)	(103.874)	(91.127)	(41.166)	(206.736)
(Redução) Aumento em depósitos		(3.505.781)	5.058.767	460.329	869.292	371.759
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto		(23.576)	(46.275)	(66.275)	(24.574)	(52.568)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		2.526.654	(3.519.820)	2.408.462	2.526.654	(3.520.391)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(1.005.386)	(2.688.517)	1.234.082	(1.006.102)	(2.690.400)
(Redução) Aumento em outras obrigações		(1.488.449)	(1.275.675)	638.542	(3.571.228)	(3.708.408)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros		1.616	(10.697)	15.786	1.616	(10.697)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(1.424.772)	(6.308.876)	(7.239.952)	(2.882.878)	(10.960.783)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento						
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(4.144.896)	(7.011.227)	(9.747.760)	(5.028.929)	(8.571.798)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.296.718)	(4.956.260)	-	(1.296.718)	(4.956.260)
(Aquisição) de investimentos		(85.660)	(85.660)	(37.054)	(92.943)	(92.943)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(4.088)	(22.925)	(29.717)	(7.025)	(28.485)
(Aquisição) de intangíveis		(23.576)	(46.275)	(66.275)	(54.087)	(82.568)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		3.262.212	10.311.608	20.631.264	3.588.171	12.308.572
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		3.386.353	3.386.353	-	4.865.889	6.585.365
Alienação/Redução de investimentos		13.258	13.258	19.120	-	-
Alienação de imobilizado de uso		1.209	1.470	6.891	2.256	2.607
Alienação de intangíveis		1.223	3.110	4.291	1.684	6.533
Alienação de diferidos		333	333	4.536	333	4.536
Juros sobre o capital próprio/Dividendos recebidos		-	332.324	142.615	-	150.852
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.109.650	1.926.109	10.940.119	2.008.144	5.352.213
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento						
(Dividendos) pagos		-	(114.409)	(119.331)	-	(114.409)
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		(574.435)	(1.169.302)	240.688	(574.435)	(1.169.302)
(Redução) Aumento em instrumentos de dívidas elegíveis a capital		193.553	287.302	447.352	193.553	287.302
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(380.882)	(996.409)	568.709	(380.882)	568.709
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(696.004)	(5.379.176)	4.268.876	(1.255.616)	(6.604.979)
Início do período		2.243.221	7.090.352	2.620.506	3.338.545	8.867.951
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		11.629	(152.330)	200.970	12.773	(167.270)
Fin do período	4	1.558.846	1.558.846	7.090.352	2.095.702	2.095.702
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(696.004)	(5.379.176)	4.268.876	(1.255.616)	(6.604.979)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas						
Receitas de intermediação financeira		10.612.711	11.353.748	6.697.540	13.439.393	17.624.140
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	19a/19b	6.210.761	10.733.516	12.238.85		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- a) **Auração do Resultado**
Em contabilidade, o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.
- b) **Mensuração a Valor Presente**
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.
- c) **Caixa e Equivalentes de Caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.
- d) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.
- e) **Títulos e Valores Mobiliários - TVM**
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente: **Títulos para negociação**, Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda**, Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **Títulos mantidos até o vencimento**, Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito). Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) **Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD**
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de risco de mercado**, os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e **Hedge de fluxo de caixa**, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) **Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**
As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso andamento. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos. O resultado das ccessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações - Diversas - Credores Diversos - No País. A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade.

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) **Despesas Antecipadas**
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas. As operações de "Direito de usufruto de ações" foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, à favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito. A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes passaram a ser registradas no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito passou a ser registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa. A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) **Ativo Permanente**
Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável. **Imobilizado de Uso:** o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 13). **Diferido:** em decorrência da aplicação da Resolução nº 4.534 emitida em 24 de novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, o saldo de ativo diferido composto por gastos em imóveis de terceiros efetuados até 30 de setembro de 2008, foram reclassificados do grupo de ativo diferido para o grupo de imobilizado, e as despesas de amortização associadas foram reclassificadas para despesa de depreciação. As perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento. **Intangível:** o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* (Nota Explicativa nº 14). A amortização é

efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 19d). A entidade avalia ao fim de cada período de reporte se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

j) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade**
A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Investimentos
A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangíveis
Softwares - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) **Benefícios a Empregados**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador prestar serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro. No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 24.

l) **Depósitos e Captações no Mercado Aberto**
Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) **Tributos**
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Alíquotas vigentes	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alteradas pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31 de dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado a alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 25).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) **Avais e Fianças**
Os avais e fianças não honrados e prestados pelo Conglomerado, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito a variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas. As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição, esta constitui Passivo Contingente "Avais e Fianças não honradas", baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

As operações de avais e fianças não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração os respectivos provimentos mínimos conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a provisão de fiança não honrada é reconhecida em Outras Obrigações - Diversas - Provisão para Perdas - Fianças não Honradas (Nota Explicativa nº 18d).

p) **Outros Ativos e Passivos**
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	56.400	118.916	183.569	179.915
Disponibilidades em moeda nacional	690	278	83.014	5.213
Disponibilidades em moeda estrangeira	55.710	118.638	100.555	174.702
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	1.502.446	6.971.436	1.912.133	8.688.036
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	315.942	3.159.668	711.425	7.499.104
Aplicações em depósitos interfinanceiros	897.954	3.634.542	897.954	991.360
Aplicações em moedas estrangeiras	288.550	177.226	302.754	197.572
Total	1.558.846	7.909.352	2.095.702	8.867.951

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto	14.702.886	14.851.895	14.702.886	14.851.895
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	756.177	4.715.452	2.716.713	9.054.888
Letras Financeiras do Tesouro	8.033	1.300.057	114.119	1.300.057
Letras do Tesouro Nacional	509.920	576.875	680.436	576.875
Notas do Tesouro Nacional	238.224	2.838.520	1.922.158	7.177.956
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	11.757.500	9.065.034	9.796.964	4.725.598
Letras Financeiras do Tesouro	6.603.162	-	6.497.077	-
Letras do Tesouro Nacional	2.656.221	707.300	2.485.704	707.300
Notas do Tesouro Nacional	2.498.117	8.358.004	814.183	4.018.568
Revendas a Liquidar - Posição Vendida	2.189.209	1.071.409	2.189.209	1.071.409
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	2.189.209	1.071.409	2.189.209	1.071.409
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.012.630	23.427.131	2.413.395	2.386.647
Total	36.715.516	38.279.026	17.116.281	17.134.742
Ativo circulante	23.607.320	27.215.721	17.066.698	16.892.435
Ativo não circulante	13.108.196	11.063.305	49.583	294.207

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	1.146.446	2.110.349	1.720.512	1.148.212	2.080.236	1.791.651
Posição bancada	29.362	151.906	760.059	(2.865)	443.086	1.368.582
Posição financiada	1.045.764	1.815.961	893.408	1.115.755	1.694.668	356.024
Posição vendida	71.320	142.482	67.045	71.320	142.482	67.045
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.516.520	2.980.101	2.941.864	66.870	138.143	117.062
Total	2.662.966	5.090.450	4.662.376	1.214.882	2.418.379	1.908.713

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) **Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) **Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

	31.12.2016					31.12.2015					
	Valor de Mercado					Total					
Vencimento em Dias	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	138	3.704.662	43.143	156.276	1.810.571	5.749.221	5.714.790	(34.431)	5.251.918	5.175.086	(76.832)
Títulos Públicos	-	3.702.374	41.150	155.822	1.782.280	5.715.741	5.681.626	(34.115)	5.122.054	5.045.493	(76.561)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	110	16.496	166.778	183.451	183.384	(67)	541.145	541.126	(19)
Letras do Tesouro Nacional	-	2.270.334	-	139.326	870.077	3.272.031	3.279.737	7.706	2.945.833	2.944.685	(1.148)
Notas do Tesouro Nacional	-	1.432.040	41.040	-	741.525	2.256.334	2.214.605	(41.729)	1.621.663	1.546.970	(74.693)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	3.900	3.925	3.900	(25)	13.413	12.712	(701)
Títulos Privados	138	2.288	1.993	454	28.291	33.480	33.164	(316)	129.864	129.593	(271)
Ações	-	-	52	-	-	52	138	86	52	203	151
<i>Eurobonds</i>	-	2.288	1.993	454	6.135	10.927					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2016						Total			31.12.2015		
	Valor de Mercado						Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Acima de 360				Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Banco												
Por Carteira	23.786	4.776.194	527.064	992.954	36.351.819	42.825.539	42.671.817	(153.722)	43.346.040	42.449.934	(896.106)	
Carteira própria	98.531	188.542	188.465	221.754	7.851.251	8.636.569	8.548.543	(88.026)	12.746.325	12.668.003	(478.322)	
Vinculados a compromisso de recompra	-	4.611.911	338.489	744.346	27.742.553	33.479.493	33.437.299	(42.194)	27.976.321	27.719.937	(256.384)	
Vinculados à prestação de garantias	-	-	110	54.341	1.623.876	1.701.829	1.678.327	(23.502)	2.954.020	2.972.620	(161.400)	
Provisão para desvalorização de títulos	(74.745)	(24.259)	-	(27.487)	(865.861)	(992.352)	-	-	(330.626)	(330.626)	-	
Consolidado	612.108	5.614.815	634.314	997.875	20.753.407	28.839.742	28.612.519	(227.223)	31.377.750	30.360.891	(1.016.859)	
Por Carteira												
Carteira própria	686.853	3.505.693	526.704	722.870	13.206.923	19.008.607	18.649.043	(359.564)	13.522.977	18.254.337	(4.731.360)	
Vinculados a compromisso de recompra	-	2.133.381	251	243.229	6.464.478	8.689.031	8.841.339	152.308	14.879.999	9.301.830	(5.578.169)	
Vinculados à prestação de garantias	-	-	107.359	59.263	1.947.867	2.134.456	2.134.489	(19.667)	3.305.400	3.135.350	(170.505)	
Provisão para desvalorização de títulos	(74.745)	(24.259)	-	(27.487)	(865.861)	(992.352)	-	-	(330.626)	(330.626)	-	

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2016					Total			31.12.2015		
	Valor de Mercado					Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos				Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Banco											
Por Categoria	23.786	6.296.212	14.841.602	13.187.151	8.323.066	42.825.539	42.671.817	43.346.040	42.449.934	(896.106)	
Títulos para negociação	138	3.904.081	1.144.772	663.268	2.531	5.749.221	5.714.790	5.251.918	5.175.086	5.175.086	
Títulos Disponíveis para Venda	23.648	2.094.613	8.177.438	12.188.970	8.249.371	30.985.989	30.734.040	34.885.444	34.089.467	(795.977)	
Títulos Mantidos até o vencimento	-	297.518	5.519.392	334.913	71.164	6.090.329	6.222.987	3.208.678	3.185.381	(243.307)	
Consolidado	612.108	7.247.004	15.331.929	3.914.865	1.506.613	28.839.742	28.612.519	31.377.750	30.360.891	(1.016.859)	
Por Categoria											
Títulos para negociação	138	3.908.757	1.155.754	663.268	2.531	5.764.884	5.730.448	5.214.663	5.214.663	-	
Títulos Disponíveis para Venda	611.970	2.202.108	8.656.783	2.916.684	1.432.918	16.146.012	15.820.463	18.937.776	18.061.323	(876.453)	
Títulos Mantidos até o vencimento	-	1.136.139	5.519.392	334.913	71.164	6.928.846	7.061.608	7.148.481	7.084.905	(64.576)	

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

Banco	31.12.2016			31.12.2015			Banco		
	Valor Contábil			Valor Contábil			Valor de custo		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado
Por Carteira	8.123.206	34.415.953	42.539.159	9.832.422	32.640.809	42.473.231			
Carteira própria	1.024.105	7.522.575	8.546.680	4.318.172	5.615.673	9.933.845			
Vinculados a compromisso de recompra	6.259.197	27.064.584	33.323.781	4.727.044	25.347.686	30.074.730			
Vinculados à prestação de garantias	966.395	694.655	1.661.050	1.117.832	1.677.450	2.795.282			
Provisão para desvalorização de títulos	(126.491)	(865.861)	(992.352)	(330.626)	-	(330.626)			
Consolidado	11.064.691	17.415.066	28.479.757	14.392.133	16.032.334	30.424.467			
Por Categoria									
Carteira própria	9.628.904	9.213.838	18.842.742	10.078.538	8.199.104	18.277.642			
Vinculados a compromisso de recompra	472.730	8.059.424	8.532.154	3.486.611	5.844.175	9.330.786			
Vinculados à prestação de garantias	1.089.548	1.007.665	2.097.213	1.157.610	1.989.055	3.146.665			
Provisão para desvalorização de títulos	(126.491)	(865.861)	(992.352)	(330.626)	-	(330.626)			
31.12.2016				31.12.2015					
1 - Título para Negociação	5.714.790	13%	5.175.086	12%	5.714.790	13%	5.175.086	12%	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	30.734.040	73%	34.089.467	80%	30.734.040	73%	34.089.467	80%	
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	6.090.329	14%	3.208.678	8%	6.090.329	14%	3.208.678	8%	
Valor contábil da carteira	42.539.159	100%	42.473.231	100%					
Marcação a mercado da categoria três	132.658		(23.297)						
Valor de mercado da carteira	42.671.817		42.449.934						
Consolidado									
1 - Título para Negociação	5.730.448	20%	5.214.663	17%	5.730.448	20%	5.214.663	17%	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	15.820.463	56%	18.061.323	59%	15.820.463	56%	18.061.323	59%	
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	6.928.846	24%	7.148.481	24%	6.928.846	24%	7.148.481	24%	
Valor contábil da carteira	28.479.757	100%	30.424.467	100%					
Marcação a mercado da categoria três	132.762		(63.576)						
Valor de mercado da carteira	28.612.519		30.360.891						

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 6.928.846 (R\$ 7.148.481 em 31 de dezembro de 2015), representando 24% do total de títulos e valores mobiliários (24% em 31 de dezembro de 2015). No Banco, o montante correspondente é de R\$ 6.090.329 (R\$ 3.208.678 em 31 de dezembro de 2015), representando 14% do total de títulos e valores mobiliários (8% em 31 de dezembro de 2015).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
	2.662.966	5.090.450	4.662.376	1.214.882	2.418.379	1.908.713
2.304.532	4.257.946	5.500.365	1.197.897	2.100.729	2.896.461	
32.893	(45.226)	(118.048)	33.076	(44.752)	(115.034)	
(9.051)	21.448	(282)	206.225	90.134	99.690	
101.045	198.889	154.129	101.130	201.790	217.288	
86	372	181	92	383	211	
Total	5.092.461	9.523.879	10.198.721	2.753.302	4.766.663	5.007.329

c) Reclasseificações de Títulos e Valores Mobiliários

No exercício de 2015 ocorreu a reclassificação de Títulos privados - Debêntures, passando da categoria "Títulos para negociação" para a categoria "Disponíveis para venda", em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco						Consolidado					
	31.12.2016			31.12.2015			31.12.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	28.014.200	-	-	31.336.697	-	-	28.014.200	-	-	31.336.697	-	-
DI	15.192.049	-	-	9.689.066	-	-	15.192.049	-	-	9.689.066	-	-
Moedas	1.612.388	-	-	3.655.150	-	-	1.612.388	-	-	3.655.150	-	-
Índice	1.278.055	-	-	492.173	-	-	1.278.055	-	-	492.173	-	-
Cupom cambial	9.931.708	-	-	17.500.308	-	-	9.931.708	-	-	17.500.308	-	-
Compromissos de Venda	44.129.875	-	-	39.352.905	-	-	57.685.592	-	-	52.433.963	-	-
DI	18.484.002	-	-	12.767.570	-	-	18.484.002	-	-	25.848.628	-	-
Moedas	1.609.229	-	-	807.850	-	-	1.609.229	-	-	807.850	-	-
Índice	327.655	-	-	32.794	-	-	327.655	-	-	32.794	-	-
Cupom cambial	23.708.989	-	-	25.744.691	-	-	23.708.989	-	-	25.744.691	-	-
Operações a Termo												
Posição Ativa	314.132	314.132	314.092	5.088	5.088	5.127	314.132	314.092	314.092	5.088	5.088	5.127
Termo de moeda	73.863	73.863	73.863	5.088	5.088	5.127	73.863	73.863	73.863	5.088	5.088	5.127
Termo de títulos públicos	240.269	240.269	240.229	-	-	-	240.269	240.229	240.229	-	-	-
Posição Passiva	314.132	(314.132)	(309.209)	5.088	(5.088)	(5.088)	314.132	(314.132)	(309.209)	5.088	(5.088)	(5.088)
Termo de moeda	73.863	(73.863)	(69.017)	5.088	(5.088)	(5.088)	73.863	(73.863)	(69.017)	5.088	(5.088)	(5.088)
Termo de títulos públicos	240.269	(240.269)	(240.192)	-	-	-	240.269	(240.269)	(240.192)	-	-	-
Contratos de Opções⁽¹⁾												
De compra - Posição Comprada	9.628.705	217.717	78.080	11.867.709	472.390	592.222	9.628.705	217.717	78.080	11.867.709	472.390	592.222
Moeda estrangeira	8.837.900	168.921	49.732	8.837.000	49.732	8.837.000	8.837.900	168.921	49.732	8.837.000	49.732	8.837.000
Opções Flexíveis	594.485	12.042	1.810	2.865.709	49.064	96.505	594.485	12.042	1.810	2.865.709	49.064	96.505
Ações	1.015.320	36.754	26.538	1.015.320	9.983	1.170	1.015.320	36.754	26.538	1.015.320	9.983	1.170
De venda - Posição Comprada	9.690.526	419.405	586.640	9.095.592	225.159	83.882	9.988.348	704.612	849.067	9.095.592	225.159	83.882</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os vencimentos das operações objeto do hedge de fluxo de caixa, em 31 de dezembro de 2016, são:

	Banco e Consolidado		
Vencimentos			
Janeiro/19	23.514		
Fevereiro/20	75.286		
Outubro/21	151.839		
Total Objeto de Hedge de Fluxo de Caixa	250.639		

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/ 2016	Exercício/ 2016	Exercício/ 2015	2º Semestre/ 2016	Exercício/ 2016	Exercício/ 2015
Perdas dos Itens objeto de hedge	(422.905)	(1.214.705)	(4.914.177)	(452.126)	(1.243.926)	(5.031.437)
Ganhos dos instrumentos de hedge	424.918	1.254.182	4.920.403	452.232	1.281.496	5.070.777
Efeito Líquido	2.013	39.477	6.226	106	37.570	39.340
Ganhos dos Itens objeto de hedge	693.362	1.992.117	2.571.503	1.815.071	4.531.606	4.181.176
Perdas dos instrumentos de hedge	(701.830)	(2.015.584)	(2.560.617)	(1.822.018)	(4.557.345)	(4.181.264)
Efeito Líquido	(8.468)	(23.467)	10.886	(6.947)	(25.739)	(88)

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao Hedge de Fluxo de Caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 3.529.

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco			Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2015
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Ativo						
Operações de termo	314.092	–	5.127	–	–	–
Mercado de opções	423.428	241.292	661.195	14.909	685.855	241.292
Contratos de swaps	357.081	985.016	307.575	1.172.314	363.115	985.016
Derivativos de crédito	–	2.661	45	–	2.661	45
Outros instrumentos financeiros	90.421	2.833	290.982	63.165	90.421	2.833
Derivativos	–	–	–	–	–	–
Total	1.185.022	1.231.802	1.264.924	1.453.483	1.231.802	1.299.153
Passivo						
Operações de termo	(309.209)	–	(5.088)	–	–	(5.088)
Mercado de opções	(1.135.862)	(163.328)	(1.384.884)	(9.981)	(1.135.862)	(163.328)
Contratos de swaps	(120.152)	(801.480)	(395.220)	(1.030.333)	(120.152)	(801.480)
Box de opções - Estratégia de renda fixa	–	–	(9.945.377)	–	–	–
Derivativos de crédito	(350)	(11.502)	–	(350)	(11.502)	–
Outros instrumentos	–	–	–	–	–	–
financeiros derivativos	(156.294)	(9.532)	(51.674)	(21.003)	(156.294)	(51.674)
Total	(1.721.867)	(985.842)	(11.782.243)	(1.108.857)	(1.721.867)	(1.805.525)

d.9) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/ 2016	Exercício/ 2016	Exercício/ 2015	2º Semestre/ 2016	Exercício/ 2016	Exercício/ 2015
Swap	147.446	1.197.937	(278.053)	153.964	1.214.870	(134.221)
Termo	7.381	5.405	3.276	7.381	5.405	3.276
Opções	27.290	49.124	(524.655)	(184.648)	26.346	(524.655)
Futuro	(6.672)	(622.539)	1.734.453	(130.384)	(1.305.310)	2.322.295
Derivativos de crédito	10.771	33.417	(17.852)	10.771	33.417	(17.852)
Ajuste ao valor de mercado de operações de crédito objeto de hedge	–	(7.282)	(61.432)	18.493	202.796	810.673
Box de Opções	–	–	(268.158)	(2.531.323)	–	–
Non Deliverable Forward	–	–	–	–	–	(322)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	–	–	–	–	–	–
Total	235.099	(61.813)	(682.249)	115.892	372.356	2.378.160

d.10) Hedge contábil

	Objeto de hedge		Instrumentos de hedge	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Banco Estratégias/Risco				
Hedge de Operações compromissadas/Valor justo/taxas prefixadas	5.781.536	2.128	3.443.442	Futuro DI 6.782.618 4.584.069
Hedge de Títulos e valores mobiliários/Valor justo/taxa prefixada	–	–	2.069.516	Swap – 2.070.337
Hedge de Operações de crédito/Valor justo/taxa prefixada/variação cambial	2.388.871	118.869	3.537.608	Futuro DI 172.610 359.967 Futuro DDI 1.671.709 2.496.538 Futuro Libor 509.582 748.012
Hedge de Obrigações por TVM no exterior/Valor justo/variação cambial	–	–	5.085.442	Futuro DDI – 5.089.518
Hedge de Dívida Subordinada/Valor justo/variação cambial/GP-M	3.271.177	(150.713)	4.006.379	Futuro DDI 3.126.786 3.998.916 Swap 390.317 338.261
Hedge de Obrigações por Letras Financeiras e Dívida Subordinada/Fluxo de caixa/taxa prefixada	250.639	–	–	Futuro DI 265.531 –
Consolidado Estratégias/Risco				
Hedge de Operações compromissadas/Valor justo/taxas prefixadas	5.781.536	2.128	3.443.442	Futuro DI 6.782.618 4.584.069
Hedge de Títulos e valores mobiliários/Valor justo/taxa prefixada	838.517	–	6.009.320	Swap 834.219 6.020.277
Hedge de Ações de companhias fechadas/Valor justo	197.382	(22.779)	–	Opções 262.428 –
Hedge de Operações de crédito/Valor justo/taxa prefixada/variação cambial	16.121.538	354.292	16.596.592	Futuro DI 13.653.456 13.305.967 Futuro DDI 1.671.709 2.496.538 Futuro Libor 509.582 748.012
Hedge de Obrigações por TVM no exterior/Valor justo/variação cambial	–	–	5.085.442	Futuro DDI – 5.089.518
Hedge de Dívida Subordinada/Valor justo/variação cambial/GP-M	3.271.177	(150.713)	4.006.379	Futuro DDI 3.126.786 3.998.916 Swap 390.317 338.261
Hedge de Obrigações por Letras Financeiras e Dívida Subordinada/Fluxo de caixa/taxa prefixada	250.639	–	–	Futuro DI 265.531 –

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

	Banco e Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos à vista	340.569	20.232
Recursos a Prazo	3.812	17.596
Operações de microfinanças	334.552	–
Total	340.569	20.232

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco e Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	26.408	42.792	–
Exigibilidade sobre recursos a prazo	26.330	42.714	–
Exigibilidade adicional	78	78	–
Total	26.408	42.792	–

d) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	Banco				Consolidado						
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2016	31.12.2015
Parcelas Vincendas	3.982.491	4.716.971	1.647.129	1.458.419	730.867	72.130	15.361	51.573	314.058	12.988.999	15.843.415
01 a 30	775.823	332.491	60.502	38.075	5.440	751	1.948	20	71.187	1.286.237	1.069.477
31 a 60	651.526	167.475	67.748	43.175	13.747	712	250	20	2.342	946.995	863.168
61 a 90	212.801	133.369	82.014	13.993	29.511	9.089	8.368	20	1.694	490.859	518.003
91 a 180	225.895	445.949	224.217	85.964	43.716	6.379	2.840	41.989	8.810	1.085.759	1.749.549
181 a 360	227.869	904.745	315.303	187.461	86.445	7.133	1.955	209	20.698	1.751.818	2.108.890
Acima de 360	1.888.577	2.732.942	897.345	1.089.751	552.008	48.066	–	9.315	209.327	7.427.331	9.534.328
Parcelas Vincendas	–	2.035	97	2.137	603	–	312	84	36	23.304	23.967
Até 14 dias	–	–	2.137	97	603	–	312	84	36	23.304	23.967
Subtotal	3.982.491	4.737.006	1.647.226	1.460.556	731.470	72.130	15.673	51.657	314.094	13.012.303	15.867.382
Parcelas Vincendas	–	–	163	6.614	10.982	19.130	4.586	12.669	74.368	128.512	641.235
01 a 30	–	–	8	178	3.223	503	1.014	339	2.810	8.075	31.832
31 a 60	–	–	128	128	702	386	1.021	250	2.342	5.772	18.153
61 a 90	–	–	–	–	705	263	663	20	1.694	7.557	29.095
91 a 180	–	–	85	2.504	2.025	1.021	860	1.372	8.236	16.103	61.835
181 a 360	–	–	–	3.076	2.122	2.624	1.028	972	20.155	29.977	94.610
Acima de 360	–	–	70	597	2.205	14.205	–	8.522	35.429	61.028	405.710
Parcelas Vincendas (1)	–	–	16	243	6.160	29.907	19.801	5.892	716.038	778.057	526.834
De 01 a 14	–	–	–	–	529	184	2.055	1.347	941	5.056	10.610
15 a 30	–	–	16	183	425	4.437	1.809	78	82.030	88.978	63.626
31 a 60	–	–	–	60	4.253	5.364	2.102	658	7.969	20.406	29.088
61 a 90	–	–	–	–	953	805	5.652	65	3.087	10.562	19.083
91 a 180	–	–	–	–	–	19.117	788	2.642	44.484	67.031	140.788
181 a 360	–	–	–	–	–	–	1.102	–	542.512	551.009	263.639
Acima de 360	–	–	–	–	–	–	–	–	35.015	35.015	7.361
Subtotal	–	–	179	6.857	17.142	49.037	24.387	18.561	790.406	906.569	1.168.069
Total (+/-) Ajuste ao valor de mercado (2)	–	–	–	1.467.413	748.612	121.167	40.060	70.218	1.104.500	13.918.872	17.035.451
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado Consolidado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	116.051	177.665
Parcelas Vincendas	3.983.502	21.203.550	6.564.955	7.035.645	1.283.232	191.674	54.601	87.491	390.641	40.795.291	45.668.593
01 a 30	775.997	1.406.813	246.791	242.700	29.086	6.255	3.898	1.860	75.553	2.788.955	2.789.174
31 a 60	651.684	1.107.487	269.145	265.513	38.335	6.387	2.213	1.142	6.883	2.349.789	2.326.628
61 a 90	212.867	997.795	266.108	217.351	17.866	13.303	15.180	12.166	5.877	1.778.667	1.911.463
91 a 180	226.088	2.841.411	757.821	675.237	108.271	21.350	7.946	47.362	20.293	4.705.679	5.623.533
181 a 360	228.199	4.821.411	1.263.670	1.243.336	201.477	32.957	10.547	9.018	39.244	7.849	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
 Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	896.867	2.008.304	1.826.115	2.988.867	4.152.135	4.033.543
Reforço (reversão)	630.811	380.924	1.298.094	1.775.773	2.467.002	3.061.043
Provisão mínima requerida	669.579	604.669	1.172.886	1.814.541	2.690.747	2.817.769
Provisão adicional	(38.768)	(223.745)	125.208	(38.768)	(223.745)	243.274
Baixas para prejuízo	(158.598)	(1.020.148)	(1.115.905)	(1.093.420)	(2.947.917)	(2.942.451)
Saldo final	1.369.080	1.369.080	2.008.304	3.671.220	3.671.220	4.152.135

g) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2016	31.12.2015
Até 1 ano ⁽¹⁾	73.589	121.368
De 1 a 5 anos	53.762	72.907
Total Valor Presente⁽²⁾	127.351	194.275

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.
⁽²⁾ Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

h) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	77.434	191.088	689.431
Arrendamento financeiro	50.893	127.647	311.819
Lucro na alienação de bens arrendados	17.502	42.478	351.156
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	9.039	20.963	26.456
Despesas de Arrendamento Mercantil	(63.859)	(158.436)	(623.956)
Arrendamento financeiro	(63.281)	(155.822)	(623.396)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(578)	(2.614)	(560)
Total	13.575	32.652	65.475

i) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2016	% da carteira	31.12.2015	% da carteira
Banco				
Maior devedor	1.011.003	7,26%	1.214.226	7,05%
10 Maiores devedores	3.954.235	28,40%	4.862.267	28,25%
20 Maiores devedores	5.569.892	40,00%	6.513.992	37,84%
50 Maiores devedores	8.482.680	60,92%	9.659.618	56,12%
100 Maiores devedores	10.853.115	77,94%	12.380.846	71,93%
Consolidado				
Maior devedor	1.011.003	2,14%	1.214.226	2,38%
10 Maiores devedores	3.954.235	8,36%	4.862.267	9,54%
20 Maiores devedores	5.569.892	11,78%	6.569.802	12,89%
50 Maiores devedores	8.550.298	18,09%	9.760.914	19,15%
100 Maiores devedores	10.953.214	23,17%	12.482.182	24,48%

j) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 2.470 (R\$ 100.722 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 7.182 (R\$ 35.265 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.
 Em 31 de dezembro de 2015 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 7.260, registrados na rubrica Outras obrigações - Diversas - Provisão para perdas - Outros Riscos.

Saldo das coobrigações com cessões de crédito

	31.12.2016	31.12.2015
Instituições financeiras - Partes relacionadas	-	276.235
Total	-	276.235

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012
 Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	12.166.071	13.755.869	14.022.485	15.676.940
Total	12.166.071	13.755.869	14.022.485	15.676.940

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outras obrigações - Diversas - Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 18d).
 No Conglomerado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 3.241.577 (R\$ 4.139.123 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 2.208.256 (R\$ 3.027.578 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). No Banco, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 16.885 (R\$ 19.054 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e não houve despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 7.154 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

l) Movimentação dos créditos renegociados

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	2.697.599	3.584.748	2.030.290	6.846.858	7.961.559	2.906.644
Contratações ⁽¹⁾	1.455.524	2.494.621	4.158.350	2.415.397	4.353.894	9.335.072
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.109.032)	(2.845.086)	(2.410.750)	(2.187.753)	(4.848.717)	(3.791.599)
Baixa para prejuízo	(108.596)	(298.788)	(193.142)	(309.130)	(701.364)	(488.558)
Saldo final	2.935.495	2.935.495	3.584.748	6.765.372	6.765.372	7.961.559

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluí o acréscimo no estoque de saldos renegociados decorrente da alteração do critério de classificação dos créditos objetos de renegociação.

m) Informações complementares

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	280.458	425.418	1.785.990	1.569.173
Garantias prestadas	7.823.978	9.362.459	7.823.978	9.362.459

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	201.956	234.626	127.827	438.963	719.693	683.266

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	2.697.599	3.584.748	2.030.290	6.846.858	7.961.559	2.906.644
Contratações ⁽¹⁾	1.455.524	2.494.621	4.158.350	2.415.397	4.353.894	9.335.072
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.109.032)	(2.845.086)	(2.410.750)	(2.187.753)	(4.848.717)	(3.791.599)
Baixa para prejuízo	(108.596)	(298.788)	(193.142)	(309.130)	(701.364)	(488.558)
Saldo final	2.935.495	2.935.495	3.584.748	6.765.372	6.765.372	7.961.559

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluí o acréscimo no estoque de saldos renegociados decorrente da alteração do critério de classificação dos créditos objetos de renegociação.

m) Informações complementares

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	280.458	425.418	1.785.990	1.569.173
Garantias prestadas	7.823.978	9.362.459	7.823.978	9.362.459

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	201.956	234.626	127.827	438.963	719.693	683.266

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	2.697.599	3.584.748	2.030.290	6.846.858	7.961.559	2.906.644
Contratações ⁽¹⁾	1.455.524	2.494.621	4.158.350	2.415.397	4.353.894	9.335.072
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.109.032)	(2.845.086)	(2.410.750)	(2.187.753)	(4.848.717)	(3.791.599)
Baixa para prejuízo	(108.596)	(298.788)	(193.142)	(309.130)	(701.364)	(488.558)
Saldo final	2.935.495	2.935.495	3.584.748	6.765.372	6.765.372	7.961.559

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluí o acréscimo no estoque de saldos renegociados decorrente da alteração do critério de classificação dos créditos objetos de renegociação.

m) Informações complementares

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	280.458	425.418	1.785.990	1.569.173
Garantias prestadas	7.823.978	9.362.459	7.823.978	9.362.459

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	201.956	234.626	127.827	438.963	719.693	683.266

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Banco			Consolidado		
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015		
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 22e)	2.782.639	2.969.396	7.411.491	7.833.099		
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 25g)	315.191	274.204	824.776	1.169.530		
Devedores por depósitos em garantia - Outros	55	11	379	379		
Operações com cartões de crédito (Nota 8a)	-	-	956.900	769.792		
Títulos e créditos a receber - Operação em recuperação judicial homologada	82.610	598.745	84.775	600.882		
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	1.862.184	1.111.940	1.862.194	1.112.904		
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	-	88.562	-	88.562		
Impostos e contribuições a compensar	170.215	81.333	230.477	253.918		
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	-	31		
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	13.688	19.104	13.688	19.104		
Devedores diversos - no País	14.844	54.291	98.454	65.601		
Valores a receber de sociedades ligadas	17.386	13.374	29.133	2.668		
Outros	20.078	41.455	29.133	56.013		
Total	5.278.890	5.252.415	11.972.267	11.972.435		

⁽¹⁾ Inclui operações contratadas com instituições não integrantes do sistema financeiro, decorrentes da aquisição de direitos creditórios de transações mercantis, sem coobrigação da instituição cedente.

10. OUTROS VALORES E BENS

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Bens não de Uso Próprio	180.361	185.001	282.174	262.421
Veículos e afins	2.105	2.293	103.527	79.233
Imóveis	37.189	180.150	37.189	180.630
Bens em regime especial	139.837	1.561	139.959	1.561
Máquinas e equipamentos	1.230	997	1.499	997
Material em Estoque	-	-	849	923
Subtotal	180.361	185.001	283.023	263.344
Despesas Antecipadas	14.168	15.749	252.249	407.703
Despesas de seguros	834	475	3.604	1.844
Despesas de processamento de dados	5.434	2.428	7.657	3.527
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	-	-	230.722	388.476
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.367	2.561	2.469	2.651
Despesas de serviços técnicos especializados	1.515	930	2.853	1.417
Direito de usufruto de ações	1.249	6.167	1.249	6.167
Outras	2.769	3.188	3.695	3.621
Total	170.704	178.277	488.460	625.590

⁽¹⁾

17. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Ano Captação	Ano Vencimento	Banco		Consolidado	
						31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Debêntures									
Pós-fixado	R\$	38	100% do DI	2011	2016	-	-	-	571
Letras de Crédito Imobiliário									
Pré-fixado	R\$	11.286	de 12,10% a 15,36% a.a.	2015	2021	369.810	389.439	369.810	389.439
Pós-fixado	R\$	311.183	de 88,00% a 100,00% do DI	2014	2020	13.543	14.812	13.543	14.812
Pós-fixado	R\$	6.907	de 4,85% a 6,07% a.a. + IPCA	2015	2018	348.019	367.118	348.019	367.118
Letras de Crédito do Agronegócio									
Pré-fixado	R\$	54.059	de 11,79% a 16,31% a.a.	2015	2021	8.248	7.509	8.248	7.509
Pós-fixado	R\$	2.071.314	de 90% a 98,50% a.a. do DI	2008	2022	2.564.336	3.175.519	2.564.336	3.175.519
Pós-fixado	R\$	34.132	de 4,52% a 6,50% a.a. + IPCA	2015	2021	8.248	7.509	8.248	7.509
Letras Financeiras									
Pré-fixado	R\$	286.954	de 9,98% a 18,01% a.a.	2012	2024	17.552.169	13.633.973	17.552.169	13.633.973
Pós-fixado	R\$	14.496.363	de 100,00% a 112,02% do DI	2011	2020	356.219	391.883	356.219	391.883
Pós-fixado	R\$	437.043	de 4,04% a 8,31% a.a. + IPCA	2012	2021	16.582.501	12.746.766	16.582.501	12.746.766
Pós-fixado	R\$	967	de 5,70% a 7,43% a.a. + IGPM	2016	2019	612.388	483.191	612.388	483.191
Obrigações por TVM no Exterior									
Pré-fixado	R\$	46.738	de 9,20% a 19,77% a.a.	2007	2020	1.316.099	8.123.303	1.316.099	8.123.303
Pós-fixado	R\$	3.543	de 92,10% a 101,40% do DI	2012	2017	56.234	1.158.483	56.234	1.158.483
Com variação cambial	USD	362.355	até 5,53% a.a. + variação cambial	2012	2020	4.331	11.272	4.331	11.272
Com variação cambial	EUR	20.200	até 0,48% a.a. + variação cambial	2016	2017	1.186.193	6.948.425	1.186.193	6.948.425
Total						21.802.414	25.322.234	21.802.414	25.322.805
Passivo circulante						10.244.503	15.482.515	10.244.503	15.483.086
Passivo não circulante						11.557.911	9.839.719	11.557.911	9.839.719

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações legais (Nota 25h)	12.000	6.882	15.013	9.686
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	154.574	143.446	159.782	515.597
Provisão para demandas fiscais (Nota 25e1)	7.648	2.710	52.812	45.724
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	119.401	25.716	152.176	257.787
Impostos e contribuições a recolher	37.008	39.445	79.375	80.660
Passivo fiscal diferido (Nota 22d)	53.222	79.308	160.320	258.671
Total	383.853	297.507	619.478	1.168.125
Passivo circulante	209.630	145.136	395.112	595.021
Passivo não circulante	174.223	152.371	224.366	573.104

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano Vencimento	Banco e Consolidado	
					31.12.2016	31.12.2015
Nota Subordinada					2.876.929	3.652.280
Com variação cambial	USD 808.048	7,38% a.a. + variação cambial	2013	2020	2.876.929	3.652.280
Letras Financeiras Subordinadas					1.999.705	2.393.656
Pré-fixado	300	14,21% a.a.	2016	2023	324	5.558
Pós-fixado	1.314.034	de 1,90% a 1,91% a.a. + CDI				
		de 100,00% a 119,00% do DI	2011	2023	1.353.799	1.506.957
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	2011	2017	383.694	318.754
Pós-fixado	169.022	de 7,25% a 8,00% a.a. + IPCA	2011	2022	261.888	562.387
Total					4.876.634	6.045.936
Passivo circulante					1.851.720	576.404
Passivo não circulante					3.024.914	5.469.532

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano Vencimento	Banco e Consolidado	
					31.12.2016	31.12.2015
Letras Financeiras Subordinadas					1.168.944	881.642
Pós-fixado	464.831	de 1,72% a 2,16% a.a. + CDI	2014	2023	647.365	530.061
		de 111,00% a 120,00% do DI				
Pós-fixado	289.842	de 7,32% a 9,31% a.a. + IPCA	2013	2030	401.212	312.809
Pré-fixado	73.510	de 14,52% a 17,98% a.a.	2015	2022	89.734	38.772
Pós-fixado	27.500	117,50% da SELIC	2016	2023	30.633	-
Total					1.168.944	881.642
Passivo não circulante					1.168.944	881.642

d) Diversas

	Banco		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações de operações vinculadas a cessões (nota 8k) ⁽¹⁾	-	-	13.755.869	15.676.940
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.764	206	1.790	209
Provisão para pagamentos a efetuar	305.076	257.304	565.332	533.225
Provisões para demandas cíveis (Nota 25e1)	5.545	4.554	302.241	300.598
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 25e1)	158.073	148.723	887.345	909.712
Valores a pagar sociedades ligadas	-	1.449	35.078	-
Cretores diversos - No exterior	1.321	1.761	1.321	2.158
Provisão para perdas - Fianças não honradas	71.059	64.704	71.059	64.704
Provisão para perdas - Outros riscos	490	4.008	13.253	257.709
Cretores diversos - No País	74.359	57.385	258.589	398.072
Operações com cartão de crédito	-	-	989.175	784.032
Outras	21	18	23	34
Total	619.157	573.741	16.845.997	18.927.393
Passivo circulante	392.285	370.155	9.734.661	10.478.203
Passivo não circulante	226.872	203.586	7.111.336	8.449.190

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de Prestação de Serviços

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
	Administração de recursos de terceiros	-	-	-	57.010	114.863
Cobrança	922	2.010	2.759	922	2.010	2.759
Comissões sobre colocação de títulos	46.810	74.470	49.279	49.260	78.556	54.388
Corretagens de operações em Bolsa	-	-	-	9.117	18.660	16.070
Rendas de serviços de custódia	2.442	4.245	1.876	2.641	4.662	2.369
Rendas de garantias prestadas	62.323	127.185	125.599	62.323	127.185	125.599
Transações de cartão de crédito	-	-	-	42.780	80.259	67.178
Comissão de corretagem de seguros	-	-	-	10.620	18.250	14.540
Assessoria financeira	15.309	25.677	8.190	16.124	26.492	8.635
Outros Serviços	1.866	3.983	12.633	9.699	25.759	43.598
Total	129.672	237.570	200.336	260.496	496.696	442.403

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
	Confecção de cadastro	-	-	-	173.644	318.607
Transferência de recursos	219	416	406	219	416	406
Avaliação de bens	-	-	-	118.300	213.231	176.792
Rendas de cartão de crédito	-	-	-	48.154	91.860	81.895
Outras	191	355	523	1.155	1.952	1.941
Total	410	771	929	341.472	626.066	518.659

c) Despesas de Pessoal

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
	Honorários e Pró labore (Nota 23)	(3.394)	(9.020)	(10.629)	(8.782)	(18.470)
Benefícios	(12.169)	(23.755)	(27.928)	(63.067)	(124.898)	(130.437)
Encargos sociais	(24.570)	(64.376)	(63.478)	(84.972)	(179.973)	(181.086)
Proventos	(107.351)	(214.643)	(205.600)	(294.779)	(556.615)	(583.234)
Demandas trabalhistas	(55.891)	(83.372)	(81.655)	(180.118)	(346.694)	(293.524)
Treinamentos	(1.677)	(2.734)	(1.759)	(1.759)	(3.072)	(2.941)
Total	(205.052)	(397.900)	(391.049)	(633.595)	(1.229.722)	(1.209.701)

d) Outras Despesas Administrativas

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
	Água, energia e gás	(1.723)	(3.037)	(2.411)	(3.420)	(6.997)
Aluguéis	(13.643)	(27.263)	(41.158)	(33.915)	(67.958)	(84.516)
Comunicações	(617)	(1.229)	(4.600)	(42.793)	(78.346)	(73.221)
Manutenção e conservação de bens	(966)	(2.289)	(2.714)	(7.916)	(15.296)	(15.526)
Material	(105)	(189)	(1.013)	(1.602)	(3.155)	(5.874)
Processamento de dados	(37.004)	(66.395)	(55.584)	(105.725)	(198.965)	(177.585)
Promoções e relações públicas	(1.303)	(1.771)	(2.472)	(7.288)	(9.980)	(7.587)
Propaganda e publicidade	(724)	(867)	(197)	(4.811)	(6.735)	(4.505)
Publicações	(160)	(582)	(480)	(235)	(1.139)	(717)
Seguros	(1.449)	(2.082)	(1.127)	(2.297)	(3.496)	(2.225)
Serviços do sistema financeiro	(6.065)	(13.412)	(21.493)	(44.189)	(93.696)	(96.841)
Serviços de terceiros	(629)	(1.145)	(1.229)	(5.866)	(9.629)	(8.702)
Serviços de vigilância e segurança	(1.011)	(1.506)	(945)	(1.470)	(2.433)	(1.922)
Serviços técnicos especializados	(28.821)	(50.578)	(46.304)	(192.035)	(376.393)	(373.321)
Transportes	(532)	(1.135)	(1.865)	(6.894)	(12.901)	(12.683)
Viagens	(1.412)	(3.276)	(4.500)	(5.526)	(9.742)	(11.200)
Emolumentos judiciais e cartorários	(4.590)	(9.896)	(16.667)	(56.699)	(110.942)	(110.704)
Amortização	(374)	(13.582)	(13.206)	(4.892)	(23.645)	(23.160)
Depreciação	(14.412)	(27.986)	(7.803)	(20.116)	(40.404)	(20.529)
Outras	(4.324)	(7.959)	(19.183)	(39.840)	(76.204)	(84.673)
Total	(119.864)	(236.179)	(244.951)	(587.529)	(1.148.056)	(1.1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)
Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 2º semestre de 2016.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2017	831.952	782.886	2.174.756	2.046.494
Em 2018	250.782	221.436	1.437.395	1.269.194
Em 2019	260.246	215.272	814.764	673.962
Em 2020	416.350	322.548	943.147	730.659
Em 2021	311.010	225.464	837.444	607.096
A partir de 2022	712.300	401.453	1.203.986	645.576
Total de Créditos Tributários	2.782.640	2.169.059	7.411.491	5.972.981

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 1.054.162 (R\$ 264.580 em 2015), correspondente a 91% (79% em 2015) da respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)	Diferenças Intertemporais (2)	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)	Diferenças Intertemporais (2)
Em 2017	0%	33%	1%	34%
Em 2018	5%	9%	8%	21%
Em 2019	14%	9%	16%	10%
Em 2020	3%	16%	9%	13%
Em 2021	28%	10%	7%	12%
A partir de 2022	50%	23%	58%	10%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

23. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Honorários e Pró-labore	3.394	9.020	10.629	8.782	18.470	18.479
Gratificações	2.214	20.591	15.718	2.620	32.745	26.012
Encargos sociais	2.515	10.158	8.742	3.287	15.104	13.282
Total	8.123	39.769	35.089	14.689	66.319	57.773

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-chave da Administração.

O Banco não concedeu empréstimos ao Pessoal-chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pela legislação vigente.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (cotas de fundo de investimento em participações) classificados na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira. Essa operação não gerou impactos no resultado, passíveis de eliminação no processo de consolidação do conglomerado financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 7.593.212 (R\$ 10.079.565 em 31 de dezembro de 2015). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

	Conglomerado Banco do Brasil		Conglomerado Votorantim		Controladas financeiras (1)		31.12.2016 Controladas não financeiras (2)		Pessoal-chave da Administração (3)		Outras (4)	Total
Disponibilidades	79.879	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.879
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	5.054.804	-	-	-	19.613.440	-	-	-	-	-	-	24.668.244
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	384	-	17.935.260	-	-	-	-	1.223.195	-	19.158.839
Outros ativos	260.746	-	7.848	-	17.386	-	-	-	383	290	-	286.653
Depósitos à vista	(188)	(225)	-	-	(1.697)	(1.046)	-	-	(50)	-	-	(3.206)
Depósitos a prazo	(690)	(19.172)	-	-	(3.164)	(297.926)	-	-	(587)	-	-	(321.539)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	(5.120.973)	-	-	-	-	-	-	(5.120.973)
Captações no mercado aberto	(569.695)	(974.487)	-	-	(10.809.573)	-	-	-	(1.667)	-	-	(12.355.422)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(56.883)	(347.781)	-	-	-	-	-	-	(10.050)	-	-	(414.714)
Obrigações por empréstimos e repasses	(375.061)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(375.061)
Instrumentos financeiros derivativos	(23.947)	(9.430)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.377)
Outros passivos	(13.946.963)	(50.565)	-	-	(1.447)	-	-	-	-	-	-	(13.998.975)
Resultado												
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	596.680	-	-	-	2.694.066	-	-	-	-	121.857	-	3.412.603
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.485)	102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.383)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(57.141)	(114.798)	-	-	(1.142.186)	(28.821)	-	-	(800)	-	-	(1.343.746)
Resultado												
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.303.786	-	-	-	5.428.691	-	-	-	2	149.267	-	6.881.746
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(419)	(6.463)	-	-	(263.648)	-	-	-	-	-	-	(270.530)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(97.187)	(202.724)	-	-	(1.754.445)	(42.817)	-	-	(1.902)	-	-	(2.099.075)

	Conglomerado Banco do Brasil		Conglomerado Votorantim		Controladas financeiras (1)		31.12.2015 Controladas não financeiras (2)		Pessoal-chave da Administração (3)		Outras (4)	Total
Disponibilidades	380	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	380
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	9.197.180	-	-	-	21.113.149	-	-	-	-	-	-	30.310.329
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	486	10.981	-	-	19.377.069	-	-	-	-	994.974	-	20.383.510
Outros ativos	4.364	18.345	-	-	113.473	34	-	-	1.292	232	-	137.740
Depósitos à vista	(136)	(1.028)	-	-	(5.869)	(379)	-	-	(81)	-	-	(7.493)
Depósitos a prazo	(619)	(23.710)	-	-	(5.928)	(254.757)	-	-	(23)	-	-	(285.037)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	(427.030)	-	-	-	-	-	-	(427.030)
Captações no mercado aberto	(106.738)	(838.137)	-	-	(6.854.290)	-	-	-	(1.663)	-	-	(7.800.828)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(66.475)	(422.855)	-	-	-	-	-	-	(19.132)	-	-	(508.462)
Obrigações por empréstimos e repasses	(374.965)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(374.965)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.576)	(1.868)	-	-	(9.976.718)	-	-	-	-	-	-	(9.994.162)
Outros passivos	(15.762.580)	-	-	-	(35.125)	(12)	-	-	-	-	-	(15.797.717)
Resultado												
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.150.587	14.327	-	-	6.274.386	-	-	-	65	152.989	-	7.592.354
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(48.612)	(3.908)	-	-	(2.631.147)	-	-	-	-	-	-	(2.675.851)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(27.458)	(95.200)	-	-	(211.540)	(34.318)	-	-	(1.963)	-	-	(370.479)

	Conglomerado Banco do Brasil		Conglomerado Votorantim		Controladas financeiras (1)		31.12.2015 Controladas não financeiras (2)		Pessoal-chave da Administração (3)		Outras (4)	Total
Disponibilidades	380	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	380
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	9.197.180	-	-	-	21.113.149	-	-	-	-	-	-	30.310.329
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	486	10.981	-	-	19.377.069	-	-	-	-	994.974	-	20.383.510
Outros ativos	4.364	18.345	-	-	113.473	34	-	-	1.292	232	-	137.740
Depósitos à vista	(136)	(1.028)	-	-	(5.869)	(379)	-	-	(81)	-	-	(7.493)
Depósitos a prazo	(619)	(23.710)	-	-	(5.928)	(254.757)	-	-	(23)	-	-	(285.037)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	(427.030)	-	-	-	-	-	-	(427.030)
Captações no mercado aberto	(106.738)	(838.137)	-	-	(6.854.290)	-	-	-	(1.663)	-	-	(7.800.828)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(66.475)	(422.855)	-	-	-	-	-	-	(19.132)	-	-	(508.462)
Obrigações por empréstimos e repasses	(374.965)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(374.965)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.576)	(1.868)	-	-	(9.976.718)	-	-	-	-	-	-	(9.994.162)
Outros passivos	(15.762.580)	-	-	-	(35.125)	(12)	-	-	-	-	-	(15.797.717)
Resultado												
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.150.587	14.327	-	-	6.274.386	-	-	-	65	152.989	-	7.592.354
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(48.612)	(3.908)	-	-	(2.631.147)	-	-	-	-	-	-	(2.675.851)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(27.458)	(95.200)	-	-	(211.540)	(34.318)	-	-	(1.963)	-	-	(370.479)

	Conglomerado Banco do Brasil		Conglomerado Votorantim		Controladas financeiras (1)		31.12.2015 Controladas não financeiras (2)		Pessoal-chave da Administração (3)		Outras (4)	Total
Disponibilidades	380	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	380
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	9.197.180	-	-	-	21.113.149	-	-	-	-	-	-	30.310.329
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	486	10.981	-	-	19.377.069	-	-	-	-	994.974	-	20.383.510
Outros ativos	4.364	18.345	-	-	113.473	34	-	-	1.292	232	-	137.740
Depósitos à vista	(136)	(1.028)	-	-	(5.869)	(379)	-	-	(81)	-	-	(7.493)
Depósitos a prazo	(619)	(23.710)	-	-	(5.928)	(254.757)	-	-	(23)	-	-	(285.037)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	(427.030)	-	-	-	-	-	-	(427.030)
Captações no mercado aberto	(106.738)	(838.137)	-	-	(6.854.290)	-	-	-	(1.663)	-	-	(7.800.828)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(66.475)	(422.855)	-	-	-	-	-	-	(19.132)	-	-	(508.462)
Obrigações por empréstimos e repasses	(374.965)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(374.965)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.576)	(1.868)	-	-	(9.976.718)	-	-	-	-	-	-	(9.994.162)
Outros passivos	(15.762.580)	-	-	-	(35.125)	(12)	-	-	-	-	-	(15.797.717)
Resultado												
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	1.150.587	14.327	-	-	6.274.386	-	-	-	65	152.989	-	7.592.354
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(48.612)	(3.908)	-	-	(2.631.147)	-	-	-	-	-	-	(2.675.851)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(27.458)	(95.200)	-	-	(211.540)	(34.318)	-	-	(1.963)	-	-	(370.479)

(1) Inclui a Promotiva S.A. (atual denominação da BVIP - BV Investimentos e Participações S.A.), BVIA - BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e Votorantim Corretora de Seguros S.A.

(2) Conselho de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- b) Risco de Crédito**
 Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Banco Votorantim.
- c) Risco de Liquidez**
 O risco de liquidez é definido como:
- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
 - Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- d) Risco Operacional**
 Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.
- e) Risco de Mercado**
 Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.
- f) Gerenciamento de Capital**
 Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.
- Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente, após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente. Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
 - II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.
- Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:
- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
 - (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
 - (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
 - (iv) participação de não controladores;
 - (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades semelhantes a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
 - (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
 - (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
 - (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

	31.12.2016	31.12.2015
Índice de Basileia		
PR - Patrimônio de Referência		
Nível I	9.218.435	10.742.263
Capital Principal	6.836.538	6.686.016
Patrimônio Líquido	8.247.123	7.616.664
Ajustes Prudenciais	(1.410.585)	(930.648)
Ativos diferidos	-	(14.767)
Outros	(1.408.486)	(913.229)
Ajustes ao valor de mercado	(2.099)	(2.652)
Nível II	2.381.897	4.056.247
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.381.897	4.056.247
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	956.147	834.046
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ^(v)	1.425.750	3.222.201
Recursos captados no exterior	1.404.551	1.884.476
Recursos captados com CDB	-	272.451
Recursos captados com Letras Financeiras	21.199	1.065.274

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Risco de Crédito (RWACPAD)	55.945.627	62.926.070
Risco de Mercado (RWAMPAD)	669.866	2.842.895
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.614.996	4.779.884
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido⁽⁹⁾	6.046.511	7.760.395
Capital Principal Mínimo Requerido⁽⁶⁾	2.755.372	3.174.707
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido⁽⁵⁾	3.673.829	4.232.943
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	299.168	392.989
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.171.924	2.981.868
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	4.081.165	3.511.308
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	3.162.708	2.453.073
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBN	2.872.756	2.588.879
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,17%	9,48%
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)	11,17%	9,48%
Índice de Basileia (PR/RWA)	15,06%	15,23%

⁽⁹⁾ Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofreram decréscimo de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

⁽⁶⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decréscimo de 10% conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.

⁽⁵⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" no montante de RWA, sendo "F" igual a:

- 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
- 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
- 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
- 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽⁴⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁹⁾ Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.12.2016	31.12.2015
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(62.272)	(31.447)
Ajuste Prudencial VIII - Créditos Tributários de Diferença Temporária	(647.358)	(418.931)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(698.857)	(462.851)
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos	-	(14.767)
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	(2.099)	(2.652)
Total	(1.410.586)	(930.648)

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 16,52% (4,68% em 31 de dezembro de 2015), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 2.669/1999.

Limite para imobilização

Valor da situação para o limite de imobilização	4.609.217	5.371.131
Valor da margem ou insuficiência	1.523.243	503.015
Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri .	3.085.974	4.868.116

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2016 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de filiais e controladas no exterior

	31.12.2016	31.12.2015
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	6.110.935	9.234.863
Outras controladas	63.485	98.056
Total do Ativo	6.174.420	9.332.919
Passivo	(4.681.293)	(7.891.914)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(4.673.914)	(7.878.700)
Outras controladas	(7.379)	(13.214)
Patrimônio líquido	(1.493.127)	(1.441.005)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(1.437.020)	(1.356.163)
Outras controladas	(56.107)	(84.842)
Total do Passivo	(6.174.420)	(9.332.919)
2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Lucro/(Prejuízo)	106.340	50.943
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	90.889	42.218
Outras controladas	15.451	8.725
		63.495
		66.959
		(3.464)

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme prevê a Resolução CMN nº 4.512, que dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas, o montante estimado líquido dos efeitos tributários de constituição da referida provisão em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pela aplicação inicial da referida norma em 01 de Janeiro de 2017, é de R\$116.551.

A DIRETORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEGUNDO SEMESTRE DE 2016

Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades exercidas no período

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 10/12/2015, o Comitê de Auditoria realizou 38 reuniões no período (o regimento prevê no mínimo 6), consideradas as reuniões ordinárias e aquelas realizadas com os representantes da alta direção, com as auditorias interna e externa, órgãos externos de fiscalização e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis, controles internos, áreas de negócio e produtos, operações, *compliance*, contingências judiciais e administrativas, tecnologia da informação, gestão de riscos, recomendações de auditoria interna e externa e órgãos externos de fiscalização. Nas reuniões com a auditoria interna, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações, recomendações, discutiu e recomendou a aprovação do plano de trabalho para o ano de 2017. Com a auditoria externa acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o Relatório referente à Circular 3.467.

Examinou o Estudo Técnico de consumo de Crédito Tributário, conforme item II, inciso 2º, do artigo 1º da Circular Bacon 3.776.

Examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os principais ativos, passivos, patrimônio líquido, resultado e notas explicativas no padrão BRGAAP, as práticas contábeis adotadas e conheceu o teor do parecer emitido pela auditoria externa. Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

recalculamos os correspondentes valores de mercado dessas operações. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 3e, 3f e 6, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3n e 25, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco, relativos à captura do processo, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e divulgação de passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto aos valores de constituições e reversões e quanto à suficiência da provisão. Avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes do Banco, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas e analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 3n e 25, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nº 3m, 22e e 22f), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outros, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 3g e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• Valor justo de instrumentos financeiros

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e, 3f e 6, o Banco possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários registrados a valor de mercado. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza na medida em que o Banco tem que efetuar julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma, consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como assunto significativo para a nossa auditoria.

• Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco para mitigar o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas decorrente de incertezas na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, principalmente aqueles que dependem de modelos internos do Banco. Para uma amostra de instrumentos financeiros cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, com o suporte técnico de nossos especialistas com conhecimento em instrumentos financeiros, avaliamos a adequação dos modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e

Alexei De Bona - Contador - PR-036459/O-3

Conclusões

Com base nas atividades que desenvolveu no período e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- Sistema de Controle Interno - o Sistema de Controles Internos do Conglomerado é efetivo e está adequado ao porte, natureza das operações e apetite a riscos aprovado pelo Conselho de Administração;
- Gestão de Riscos - a estrutura e a gestão de riscos do Conglomerado são adequadas e efetivas, dado o porte, natureza das operações e apetite a riscos aprovado pelo Conselho de Administração;
- Auditoria Interna - a auditoria desempenha suas atividades de maneira satisfatória, profissional e com independência;
- Auditoria Independente - KPMG Auditores Independentes atuou com efetividade e alocou profissionais em número e qualificação adequados ao exame das demonstrações financeiras;
- Demonstrações Contábeis - as demonstrações contábeis do exercício de 2016 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado naquela data.

São Paulo-SP, 07 de Fevereiro de 2017

José Danúbio Rozo	Armando Wolfrid
Coordenador	Membro
Andre Luis Duarte de Oliveira	Alvaro Jorge Fontes de Azevedo
Membro	Membro
Ricardo Abraão Fajnzylber	
Membro	

distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não ao objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,